



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SEP/AGEST/SPLAM

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às dezesseis horas, realizou-se a terceira Reunião da Análise Estratégica (RAE) de 2022. Presentes o Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Gen Ex Lúcio Mário de Barros Góes; a Juíza Federal da Justiça Militar, Dra Flávia Ximenes Aguiar de Sousa; o Secretário-Geral da da Presidência, Cel Antônio Carlos Freitas de Córdova; o Chefe de Gabinete da Presidência, Cel Walter Justus; o Diretor-Geral, José Carlos Nader Motta; a Secretária Judiciária (SEJUD), Giovanna de Campos Belo; a Assessora de Gestão Estratégica e Inovação (AGEST), Raissa Fernandes Marinho; a Assessora-Adjunta da AGEST, Ingrid Vellenich e o Chefe da Seção de Planejamento e Monitoramento da Estratégia (SPLAM), José Henrique de Sousa Nascimento. **1) Abertura dos trabalhos:** a reunião foi aberta pelo Ministro-Presidente, que passou a palavra a Assessora da AGEST, Raissa Marinho. Esta apresentou a pauta: situação da Carteira Projetos Estratégicos (CPE), proposta de novo projeto estratégico e as metas nacionais e específicas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **2) Explicação acerca da CPE:** dando continuidade, a Assessora apresentou um panorama geral da CPE, mostrando o percentual de execução de cada projeto, bem como a data prevista de conclusão. Seguindo, apresentou a finalização do projeto de implantação do E-Proc Nacional, concluído em agosto. Continuando no mesmo tema, foi apresentada a proposta de um novo projeto chamado E-Proc Funcionalidades. Este novo projeto tem como objetivo o desenvolvimento de novas funcionalidades pelo STM para a melhoria do sistema. O prazo previsto para conclusão é final de 2023. De acordo com a Secretária da SEJUD, novas Funcionalidades devem ser desenvolvidas pelo STM nos meses de março, julho e setembro de 2023, além de atualizações enviadas pelo CNJ a cada 40 dias. Dentre as Funcionalidades desenvolvidas por outros tribunais, está inclusa a integração com o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), que é escopo de outro projeto estratégico da atual carteira do STM. Desse modo, como é possível aproveitar esse trabalho, a Assessora da AGEST também propôs o encerramento do projeto estratégico do DJEN. O Ministro-Presidente aprovou ambas propostas, mas solicitou que o STM acompanhe o que o TRF-4 está desenvolvendo no âmbito do DJEN. **3) Indicadores Estratégicos:** Seguindo a pauta, a Assessora da AGEST apresentou uma visão geral dos indicadores estratégicos da JMU. Atualmente possuímos 12 objetivos estratégicos, sendo monitorados por 40 indicadores. A meta estipulada é de 60% de execução dos indicadores e o resultado apresentado foi de 73%. **4) Metas Nacionais do Poder Judiciário e Específicas da JMU:** A Assessora da AGEST apresentou a Meta Nacional 1, que almeja o julgamento de mais processos que os processos distribuídos, pontuando que até o dia 30/11/2022, no STM, foram

distribuídos 491 processos e julgados 455, representando um total de 92,7% de cumprimento da meta. Na primeira instância, foram 951 processos distribuídos e 950 julgados, representando um total de 99,9% da meta. Nesse momento, a Dra. Flávia Ximenes explicou que a JMU é prejudicada nessa meta porque o acervo de processos é relativamente novo, diferentemente das outras justiças. O que foi confirmado pela Secretária da SEJUD, de que a JMU não possui processos antigos para pautar. Com relação à Meta Nacional 2, que objetiva o julgamento dos processos mais antigos, o STM atingiu o resultado de 99,27%, para uma meta de 99%, restando 2 processos pendentes. A 1ª instância apresentou um resultado de 94,79%, sendo a meta de 95%, restando 70 processos pendentes. Para a Meta Nacional 4, a qual busca priorizar o julgamento dos processos mais antigos relativos à corrupção e à improbidade administrativa, o STM obteve resultado de 98,97% até o dia 30/11/2022, bem próximo da meta de 99%. A 1ª instância alcançou 92,13%, com a meta em 95%. Na sequência, foi apresentada a Meta Nacional 9, que busca estimular a Inovação no Poder Judiciário. Foi apresentada minuta de ato administrativo que institui um Laboratório de Inovação no STM, conforme determinação do Ministro-Presidente na última RAE. A Assessora da AGEST também apresentou as próximas ações a serem implementadas em 2023, após a criação do laboratório. Logo depois, foram apresentadas as respostas para as questões da Meta Nacional 10, que visa promover a transformação digital - justiça 4.0. Passando para a meta específica 01, que retrata a celeridade, com o objetivo de julgar em até 180 dias corridos os processos do Tribunal, o STM cumpriu 62,6% da meta. A meta específica 02, voltada a divulgação da JMU, com no mínimo 3 ações no STM e 2 ações por Auditoria em CJM em que não houver foro e 4 quando houver, foi cumprida pela JMU. Finalizando, a assessora da AGEST tratou do XVI Encontro Nacional do Poder Judiciário, abordando: o resultado do Prêmio CNJ de Qualidade 2022; a definição das metas nacionais e específicas para 2023 e o impacto financeiro da reintegração de ex-militares das Forças Armadas. Nesse último tópico a Dra. Flávia Ximenes esclareceu que o assunto auxiliará nos estudos referentes ao aumento de competência da JMU e solicitou ao Ministro-Presidente oficializar os comandantes das Forças para saber o impacto financeiro em suas respectivas folhas de pagamento. O Ministro-Presidente reforçou a necessidade de se coletar dados sobre a temática e afirmou que o aumento da competência da JMU é prioridade. **5) Palavras do Ministro-Presidente e encerramento dos trabalhos:** com o uso da palavra, o Ministro-Presidente agradeceu a apresentação e não havendo mais nenhum assunto a ser tratado agradeceu a presença de todos, declarando a reunião encerrada, lavrando-se a presente Ata que será assinada pelos presentes à reunião.



Documento assinado eletronicamente por **RAISSA FERNANDES MARINHO, ACESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO**, em 20/12/2022, às 15:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS FREITAS DE CORDOVA, SECRETARIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA**, em 20/12/2022, às 16:15 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA XIMENES AGUIAR DE SOUSA, Juíza Federal da Justiça Militar**, em 11/01/2023, às 16:10 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 11/01/2023, às 16:54 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALTER JUSTUS, CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA**, em 17/01/2023, às 16:16 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES, Presidente do Superior Tribunal Militar**, em 17/01/2023, às 17:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GIOVANNA DE CAMPOS BELO, SECRETÁRIA JUDICIÁRIA**, em 23/01/2023, às 16:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2986568** e o código CRC **28E77071**.

2986568v15